



Associação de Docentes do Colégio Pedro II

Boletim Eletrônico nº 2.2019

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019

BOAS-VINDAS

Ser bem-vindos, bem-vindas, é ser a pessoa querida cuja chegada é esperada com carinho, com calor, com alegria.

Colegas da ADCPII, nós esperamos vocês – desejando que as férias tenham propiciado a recuperação das energias – para que, JUNTOS, continuemos na luta e prossigamos na caminhada que se apresenta como longa e duríssima e que, portanto, exigirá de nós mais garra além da já demonstrada até agora. A cada minuto, nos deparamos com medidas que ainda nos surpreendem, que nos chocam, por vermos pessoas, movimentos sociais e instituições sendo alvo de perseguições.

A cada minuto, vemos a educação sendo alvo de ameaças.

A cada momento, vemo-nos sendo alvo de portarias que atingem direta e profundamente nosso trabalho em sala de aula, nossa função docente.

Colegas, em 2018, a ADCPII esteve sempre, com todas as forças de que dispôs, nas lutas contra as inúmeras tentativas de desqualificação do servidor público (em especial, dos professores), contra as investidas do projeto chamado “Escola sem partido” que tenta, a todo custo, amordaçar nossas vozes e silenciar nossas opiniões. O PL não foi aprovado em 2018, mas sabemos que seus defensores retornarão em 2019 com toda a força do ódio que os move. É fundamental que todos os COLETIVOS do COLÉGIO PEDRO II continuem mobilizados em defesa de um CPII laico, plural, público e de qualidade.

Colegas, em 2019, essas lutas serão acompanhadas de outras tantas mais que irão nos obrigar a ser mais companheiros, mais solidários, mais aguerridos e menos individualistas.

Mas esse “SEJA BEM-VINDA, SEJA BEM-VINDO é, também e principalmente, para que você, ASSOCIADO(A), venha se juntar aos que já estão discutindo, pensando estratégias de enfrentamento no ameaçador contexto atual. É um chamamento à luta, pois só com mais braços nossa força será maior.

OUTRAS PALAVRAS

Nada da cica de palavras tristes na boca de professores, estudantes e responsáveis é o que desejamos a cada ano iniciado nas escolas.

No Colégio Pedro II, em especial, experimentamos os encontros coletivos de estudo, discussão e planejamento para inaugurar os anos letivos. Nas entidades de classe, encontros coletivos de estudo, discussão e planejamento, para nos mobilizarmos em busca da escola e do mundo melhor que queremos construir, para todos e todas.

Ainda que não estejamos, neste momento, inaugurando um ano letivo, escolhemos escrever/dizer palavras que nos tragam potência e nos animem para a ação, contrapondo-as às que temos ouvido e lido no noticiário sobre as últimas medidas do governo federal e do Ministério da Educação.

Lembramos que muitos de nós fomos formados estudantes e professores num contexto de lutas por ampliação de direitos, por maiores espaços de participação e decisão acerca dos rumos também da educação. Alcançamos conquistas importantes, apesar do muito ainda a trilhar... Experimentar retrocessos não está no horizonte que planejamos. Por isso, em relação aos primeiros decretos de 2019, instrumentos tão pouco democráticos, apresentamos perguntas:

- O decreto 9465, de reorganização do MEC, de 2 de janeiro de 2019, cita nominalmente o Colégio Pedro II, que passará a ter suas atividades acompanhadas e avaliadas pela Diretoria de Acompanhamento de Políticas da Educação Básica (art.15, inciso II). Perguntamos: as atividades do Colégio (muitas publicizadas em seus Relatórios de Gestão) serão acompanhadas para fins de divulgação a outras escolas e redes, como exemplo de que o investimento feito pelo governo nos servidores e nos prédios da escola podem ter importantes resultados na formação dos alunos de escolas públicas enquanto cidadãos? O projeto por trás do inciso é o de investir em parcerias com outras escolas e redes públicas? Seria necessária a citação, já havendo portarias que tratam do assunto?
- Lamentamos profundamente que o mesmo decreto não aborde sequer uma vez o tema **diversidade**, fundamental em qualquer trabalho educacional comprometido com a busca de igualdade de direitos e justiça social. Conforme ainda descrito no portal do MEC, “para orientar políticas públicas educacionais que articulem a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino, devem ser consideradas as questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social. Jovens que se encontram fora da escola, adultos não alfabetizados, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, pessoas com deficiência, estudantes em situação de vulnerabilidade social, são apenas alguns exemplos de grupos historicamente excluídos da escolarização”. (<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>) Todos que fazemos a escola cotidianamente sabemos o quão complexos são os processos vividos na escola e sua relação com a diversidade.
- Quanto ao incentivo às escolas cívico-militares, perguntamos: por que não investir recursos nas escolas federais que já temos, uma rede enorme de institutos federais e autarquias, como o Colégio Pedro II, de comprovada competência e com enorme reconhecimento acadêmico e social? Por que não lançar mão dos nossos recursos humanos, estabelecendo pontes entre a rede federal e as municipais e estaduais?
- E quanto às 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, discutidas e aprovadas por grupos maiores que os governos, quais são as propostas de estratégias? Que ações o ministério apresentará para a universalização da educação infantil, para ampliar a oferta de vagas na educação profissional de nível médio e nas Universidades? Como elevar a escolaridade média da população? E para valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica?

São muitos os desafios que nos esperam em 2019, e, como afirmamos aqui, nossa escolha será por não ceder em nenhum dos avanços alcançados e por valorizar a potência das palavras que nos animam enquanto educadores: igualdade, aprendizagem para todos e todas, ampliação de direitos, experiência coletiva e tantas outras mais...

REGULAMENTO DA ATIVIDADE DOCENTE (RAD 2019)

SINDSCOPE e **ADCPII** têm realizado ações conjuntas no sentido de contribuir para o estabelecimento de políticas mais equânimes na distribuição da carga horária de modo a não aumentar o trabalho de professores e professoras que atuam diretamente em sala de aula como, também; a garantir a oferta de matrículas e manutenção da qualidade na Educação Básica.

Na próxima reunião, dia 12 de fevereiro de 2019, às 18:30h, na sede do SINDSCOPE, fecharemos o material sobre o Regulamento da Atividade Docente (RAD-2019) a ser divulgado nos sites das duas entidades. Acreditamos com essa divulgação e com a leitura do material produzido reunir argumentos para encaminhar, coletivamente, propostas que queremos ver contempladas na RAD-2019

FICA O CONVITE PARA A REUNIÃO: DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2019, 18:30h.

ACOMPANHE E PARTICIPE!

CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA: A FARSA DA CRISE FISCAL

O discurso da crise da previdência ocupa espaço significativo na mídia e nas redes sociais. Pauta econômica principal do (des)governo Bolsonaro, a Contrarreforma da Previdência é apresentada como solução primeira para o déficit fiscal.

Os argumentos para a defesa desse discurso que sabemos têm como objetivos ganhar “corações e mentes” da população, mas, sobretudo acalmar o mercado para que ele possa seguir na sua sede de hegemonização do capitalismo financeiro, podem ser encontrados em Denise Gentil (Revista Educação em Pauta nº 5). Vale a pena transcrever o que nos informa a autora do Núcleo da UFRJ Pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

A crise fiscal é muito debatida no país e tida como o mais importante impasse a ser resolvido no atual cenário. Ela passou a ser tratada como um problema de compressão dos gastos sociais. Na análise do governo, a crise fiscal ocorre porque as despesas com seguro-desemprego, pensões e aposentadoria, o bolsa-família, educação e saúde pública estariam pressionando as receitas do governo, gerando déficit, e, portanto, provocando crescimento da dívida pública. Segundo a ideia dominante dentro do governo, comprimindo esses gastos primários, teríamos um alívio do déficit público e, conseqüentemente, queda da dívida pública (p. 4).

Estudos realizados pela equipe de economistas, dentre outros profissionais, que integram a Auditoria Cidadã da Dívida Pública, desconstruem esses argumentos. Talvez seja um dos motivos que leve governos comprometidos com uma agenda econômica ultraneoliberal a não cumprirem determinação constitucional de auditoria da dívida pública.

As pesquisas realizadas evidenciam que

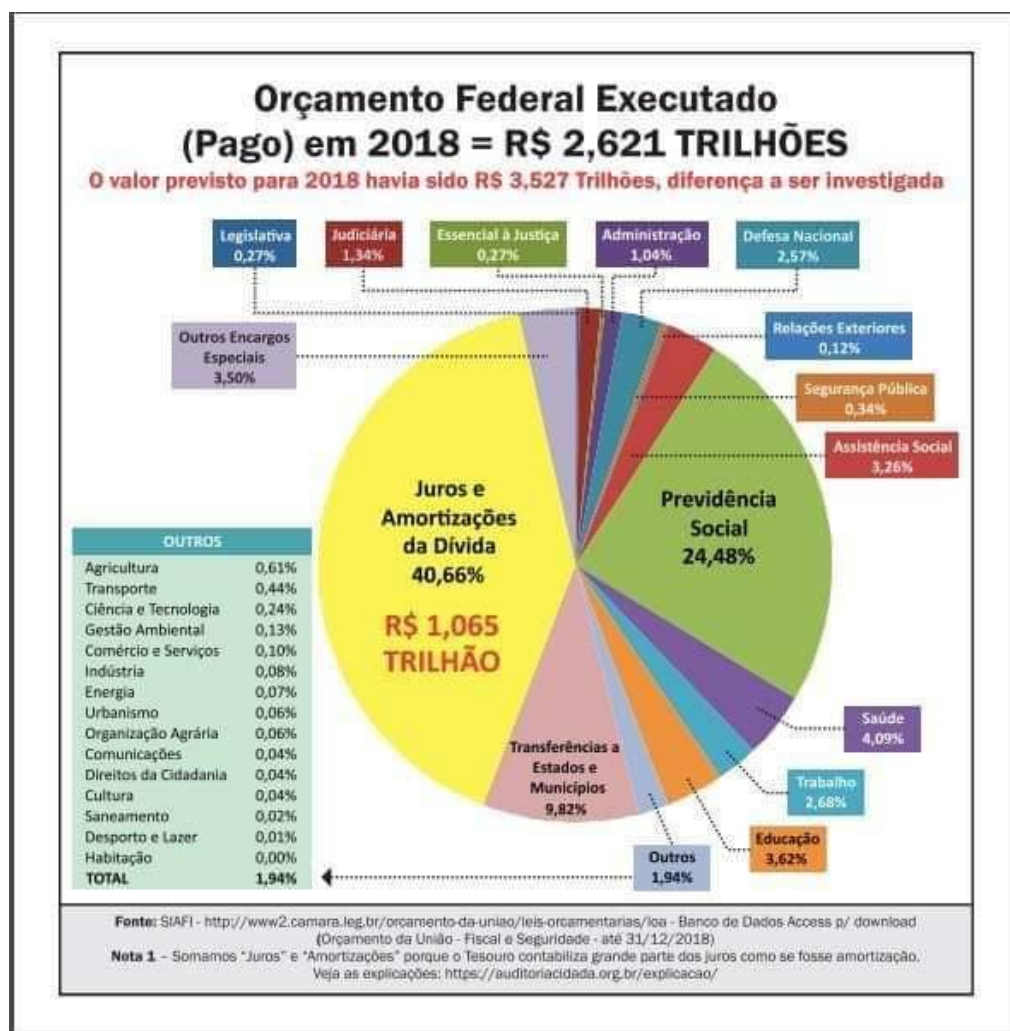
os grandes determinantes do crescimento da dívida não são os gastos primários e que a crise deficitária é uma farsa que embasa o discurso governamental e midiático, na medida em que esse tem por finalidade clara aprovar uma reforma que abra o mercado previdenciário para o capital privado. Essa farsa se sustenta em cálculos que consideram apenas a receita de contribuição previdenciária ao INSS dos empregados, empregadores

e contribuintes individuais, diminuindo dessa única fonte de receita o valor dos gastos com benefícios previdenciários e não computando outras receitas previstas no Art. 195 da Constituição de 1988, como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), o Pis/Pasep, dentre outras. Quando todas as receitas de contribuições sociais são computadas no cálculo do resultado financeiro da Seguridade Social obtém-se superávit de R\$68 bilhões no ano de 2013, R\$ 36 bilhões em 2014 e R\$11 bilhões em 2015, já deduzidos os gastos com benefícios nas áreas de Previdência, Assistência Social e também todos os gastos com Saúde, incluindo inclusive o gasto de todas essas três áreas com a burocracia dos ministérios, isto é, pessoal e custeio dos ministérios (idem p.5).

Com base nesses estudos, são disponibilizados nas redes sociais um conjunto de ferramentas que contribuem para a desconstrução da “farsa” do déficit fiscal: gráficos, vídeos, dentre outras. Encaminhar esse material pelas nossas redes e utilizá-lo nas conversas que travamos sobre o tema, decerto, são estratégias que ajudam na luta que temos pela frente no sentido de impedir os avanços da Contrarreforma da Previdência.

Nessa edição do Boletim Eletrônico, engajando-nos nessa luta, apresentamos dois desses materiais.

O gráfico a seguir, encaminhado por Paulo Lindsey, Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã.



Sua leitura evidencia que não são os gastos com servidores(as) públicos(as), ou as contas da previdência social ou investimentos e gastos sociais os grandes vilões da economia brasileira.

Divulgamos a seguir um vídeo que recomendamos seja visto por todos e todas. No vídeo, em menos de 5 minutos outros vilões são apontados. A sonegação e as isenções fiscais são alguns deles.

[LINK PARA O VÍDEO](#)

A ADCPII vem acompanhando há tempos o trabalho realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Recentemente, no dia 21 de janeiro de 2019, no Auditório da ASSIBGE-SN, a Diretoria participou de Reunião Aberta com Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional na qual estiveram presentes vários movimentos sociais. Dentre outros pontos, foram debatidos o “engodo da Reforma da Previdência” e a “análise do PL 459/2017”, que trata da Contrarreforma da Previdência, mas retirado da pauta de discussão no poder legislativo, em 2018.

No dia 1 de fevereiro, participamos de nova roda de conversa, com Júlia Lenzi Silva, pesquisadora em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela USP e Milko Matijascic, doutor em economia pela UNICAMP, no Auditório da ASSIBGE-SN. Em debate a “Previdência e as implicações das propostas de contra(reforma) para a classe trabalhadora”.

[\[CLIQUE AQUI E ACESSE A GRAVAÇÃO COM A ÍNTEGRA DESSA ATIVIDADE\]](#)

O (des)governo em exercício tem pronta uma nova proposta e deve encaminhá-la ao Congresso o que exige de nossa parte o estabelecimento de estratégias de ação a fim de garantir que direitos tão arduamente conquistado sejam retirados de trabalhadores e trabalhadoras. Entendemos que precisamos nos apropriar de um conjunto de conhecimentos que contribuam para desconstruir a farsa do déficit da previdência. Foi nesse sentido que recuperamos neste texto parte das pesquisas realizadas por Denise Gentil e convidamos todos e todas que visitem o site <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica> onde podemos distinguir verdade de mentira sobre a dívida pública. Lá são apresentados os resultados de pesquisas que o grupo realiza há mais de uma década.

Outras ações são apontadas como estratégia de resistência à Contrarreforma da Previdência:

- contato com parlamentares;
- manifestação formal por parte dos movimentos sociais;
- atos públicos;
- realização de debates – serão dez no total - sobre o tema programados pelo ASSIBGE-SN.

A Diretoria e o Conselho de Representantes da ADCPII convida os(as) associados(as) a participarem dessa luta porque dela depende a manutenção de nossos direitos.

Por ora fica o convite para que divulguemos as informações em nossas redes, evidenciando com os dados aqui disponibilizados o caráter superavitário da previdência desde que os recursos a ela constitucionalmente destinados sejam contabilizados.

Em breve, o convite para a participação em novas ações de resistência.

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DA ADCPII

No dia 27 de março, 4ª feira, realizaremos a inauguração das salas novas da nossa associação, após a Aula Inaugural.

Gostaríamos de convidá-los para participarem deste evento. Teremos uma Feira de Livros de autores(as) do Colégio Pedro II e Exposições Artísticas. O espaço estará aberto aos docentes para apresentarem e exporem suas produções.

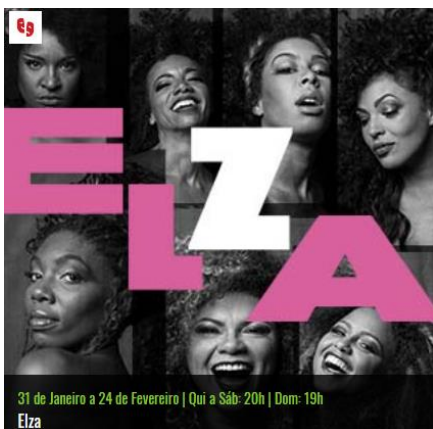
As inscrições para participar deste evento, estarão abertas até o dia 18 de março na sede da ADCPII ou pelo telefone 2580-0783.

AGENDA CULTURAL

- **EXPOSIÇÕES NO MAR** (Museu de Arte do Rio) – de 3ª a domingo das 10h às 17h – Praça Mauá, 5 – Centro.



- A pequena África e o mar de Tia Lúcia – até dia 28/02/2019 – Homenagem a Lúcia Maria dos Santos, ícone da cultura carioca, principalmente na região da Pequena África.
 - O Rio do Samba: Resistência e Reinvenção – até 10/03/2019 – A exposição vai explorar os aspectos sociais, culturais e políticos da história do samba desde o século XIX.
 - Arte, Democracia, Utopia: quem não luta, tá morto – até 16/05/2019 – A exposição de Moacir dos Anjos traz exemplos do pensamento utópico, que marca a Arte Brasileira recente, através de artistas contemporâneos e obras históricas.
- **ELZA, O MUSICAL.** Imperator Centro Cultural João Nogueira – Rua Dias da Cruz, 170 – Méier – 5ª a sábado às 20h e domingo às 19h. – Ingressos a R\$ 70,00.



O projeto é uma homenagem do teatro a esta grande diva negra da MPB, Elza Soares. Sempre com muita personalidade, Elza se reinventa e tem recebido diversos prêmios pelo seu último trabalho “A Mulher do Fim do Mundo”. Retrato de uma mulher negra, de origem humilde, presente na história dos últimos 60 anos da música brasileira, Elza está sempre conectada com as questões relacionadas à mulher na sociedade.

PLANTÕES JURÍDICOS

Dúvidas trabalhistas? Informações sobre Carreira Docente, Regime de Trabalho, direitos da categoria? Venha conversar pessoalmente com nossa Assessoria Jurídica na sede da Associação, em São Cristóvão.

Os plantões de fevereiro serão nos dias 13/02 (quarta-feira) e 21/02 (quinta-feira).

Os plantões em março serão nos dias 11/03 (segunda-feira) e 28/03 (quinta-feira).

Todos das 11h 30min às 13h 30min.